

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2010/2011

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RS001501/2010
DATA DE REGISTRO NO MTE: 27/09/2010
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR053088/2010
NÚMERO DO PROCESSO: 46218.013757/2010-07
DATA DO PROTOCOLO: 24/09/2010

SIND DOS TRABS NAS INDS DA CONSTR E DO MOB DE B GONCAL, CNPJ n. 89.340.533/0001-26, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ITAJIBA SOARES LOPES;

E

SIND DAS IND DA CONSTRUCAO CIVIL NO ESTADO DO R G S, CNPJ n. 92.973.734/0001-75, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). PAULO VANZETTO GARCIA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de maio de 2010 a 30 de abril de 2011 e a data-base da categoria em 1º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **trabalhadores das indústrias da construção civil**, com abrangência territorial em **Bento Gonçalves/RS, Cotiporã/RS, Dois Lajeados/RS, Fagundes Varela/RS, Guabiju/RS, Guaporé/RS, Monte Belo do Sul/RS, Nova Araçá/RS, Nova Bassano/RS, Parai/RS, Protásio Alves/RS, Santa Tereza/RS, São Jorge/RS, São Valentim do Sul/RS, União da Serra/RS, Veranópolis/RS, Vila Flores/RS e Vista Alegre do Prata/RS.**

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISOS SALARIAIS

A partir de 1º de maio de 2010, ficam assegurados, aos segmentos da categoria abaixo mencionados, os seguintes pisos salariais mensais, ou seu equivalente em hora ou dia:

R\$ 756,00 (setecentos e cinquenta e seis reais) mensais **para a categoria geral, inclusive serventes;**

R\$ 1.000,00 (um mil reais) mensais aos **profissionais.**

Parágrafo primeiro. Excepcionalmente, ajustam as partes para o período de vigência da presente convenção, a adoção de salários para o período do contrato de experiência, os quais corresponderão a:

R\$ 718,00 (setecentos e dezoito reais) mensais **para a categoria geral, inclusive serventes;**

R\$ 947,00 (novecentos e quarenta e sete reais) mensais aos **profissionais.**

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL

Em 1º de maio de 2010, as empresas integrantes da categoria econômica representada pelo segundo convenente concederão aos empregados integrantes da categoria profissional, representada pelo primeiro convenente, uma correção salarial equivalente a 7,50% (sete vírgula cinquenta por cento), a ser aplicada aos salários-base de 1º de maio de 2009.

Parágrafo Primeiro. Os empregados admitidos após 1º de maio de 2009 terão seus salários reajustados, proporcionalmente, na forma das tabelas abaixo.

PROPORCIONALIDADE DOS

7,5%

ADMITIDOS ATÉ	7,5%
15/05/2009	7,5
15/06/2009	6,85
15/07/2009	6,21
15/08/2009	5,57
15/09/2009	4,94
15/10/2009	4,31
15/11/2009	3,68
15/12/2009	3,06
15/01/2010	2,44
15/02/2010	1,82
15/03/2010	1,21
15/04/2010	0,60
30/04/2010	0,30

Parágrafo Segundo. Serão objeto de compensação todos os reajustes ou majorações salariais ocorridos no período revisando, tenham sido eles espontâneos ou compulsórios, não sendo compensáveis, contudo, as situações decorrentes de término de aprendizagem, promoção por merecimento e antiguidade, transferência de cargo, função, estabelecimento ou de localidade, bem assim de equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado.

Parágrafo Terceiro. Em nenhuma hipótese o empregado mais novo na empresa poderá vir a perceber salário superior ao do empregado mais antigo na mesma função, por força da proporcionalidade ajustada no parágrafo primeiro acima.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DE DIFERENÇAS SALARIAIS

Tendo em vista a data de assinatura da presente convenção coletiva de trabalho, e a manutenção da data-base em 1º de maio, as partes ora convenientes estabelecem que as diferenças salariais devidas aos empregados decorrentes do presente instrumento, e relativas ao mês de maio/2010, junho/2010, julho/2010 e agosto/2010, serão satisfeitas até a folha de pagamento do mês de setembro/2010, sob pena de aplicação de multa de 10% (dez por cento), a incidir sobre a importância devidamente corrigida.

Parágrafo primeiro. Os empregados demitidos entre a data de início de vigência da presente convenção e a da sua assinatura receberão as diferenças eventualmente devidas através de rescisão complementar na forma e prazos acima estipulados, e os demitidos posteriormente a data da assinatura da presente convenção receberão as diferenças no ato do pagamento das parcelas rescisórias.

Parágrafo segundo. As importâncias serão quitadas mediante demonstrativo no qual constarão discriminadamente as importâncias devidas, sob rubrica "diferenças de convenção coletiva", devendo a segunda via ficar com o empregado, e a outra cópia ficará a disposição.

Descontos Salariais

CLÁUSULA SEXTA - ADIANTAMENTOS

As empresas poderão descontar dos salários de seus empregados, adiantamentos de salários, vales, vale transporte, vale refeição, vale rancho, seguro de vida em grupo, sacola econômica, notas de farmácias, venda de produtos pela própria empresa, mensalidade de fundação, associação ou clube esportivo, sindicato, promoções de produtos patrocinados por estas entidades, mediante autorização por escrito do funcionário a qual poderá ser revogada a qualquer tempo, ressalvado o estabelecimento no artigo 477, parágrafo 5º da CLT.

Parágrafo primeiro. Os vales, obrigatoriamente, deverão ser devolvidos aos empregados quando descontados, devendo os mesmos serem feitos em duas vias.

Parágrafo segundo. Os descontos a que se refere o caput desta cláusula não poderão ser superiores a 70% (setenta por cento) do salário líquido a ser percebido pelo empregado no final do mês.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA SÉTIMA - MENSALISTAS

As empresas pagarão aos empregados com regime de remuneração de "mensalistas" o valor equivalente a 1 (um) dia de trabalho para cada mês com 31 (trinta e um) dias, sendo porém facultado à empresa a substituição do pagamento pela concessão de folgas, com igual número de dias.

Parágrafo primeiro. A contagem de número de dias a serem pagos se fará conforme o número de meses com 31 (trinta e um) dias ocorridos durante o contrato de trabalho, desprezando os meses de janeiro e março de cada ano, os quais visam a compensar o mês de fevereiro.

Parágrafo segundo. Na hipótese da empresa optar pelo pagamento o mesmo deverá ser efetuado por ocasião da rescisão contratual ou até o último dia do ano.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Adicional de Tempo de Serviço

CLÁUSULA OITAVA - DO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

A cada 5 (cinco) anos de efetivo serviço prestado à mesma empresa ou mesmo grupo de empresas, o empregado perceberá um adicional de 3% (três por cento) calculado e incidindo sobre o seu salário básico, sendo o mesmo calculado à partir do mês em que completar o período, não sendo considerado para aquisição do direito, interrupção do contrato de trabalho devido a rescisão por período superior a 180 (cento e oitenta) dias. Esclarece-se que nos casos em que o empregado possuir mais de 1 (um)

quinquênio, a aplicação destes se fará através da soma aritmética dos percentuais.

Outros Adicionais

CLÁUSULA NONA - TRABALHO EM JAÚ

Aos empregados que exercem suas atividades em jaús suspensos, andaimes ou em escadas com altura superior a sete metros, fica assegurado adicional de risco no valor de 15% (quinze por cento) do salário normativo previsto na presente convenção coletiva, e correspondente à função exercida. O referido adicional será calculado de forma proporcional ao tempo em que o empregado estiver trabalhando nas condições acima.

Auxílio Educação

CLÁUSULA DÉCIMA - AUXÍLIO ESCOLAR

Mediante apresentação de atestado de freqüência às aulas, as empresas concederão auxílio escolar que não terá natureza salarial, ao empregado que comprovar matrícula regular e freqüência normal, em escola de 1º, 2º ou 3º graus, em valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do Salário Normativo respectivo à função desempenhada previsto na presente Convenção, em duas parcelas iguais de 25% (vinte e cinco por cento) do referido valor, nos meses de julho e novembro do corrente ano.

Parágrafo único. As empresas que possuam programa de educação mais benéfico que o previsto no "caput" ficam dispensadas de conceder este auxílio.

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - AUXÍLIO FUNERAL

As empresas pagarão um auxílio funeral equivalente a 2,5 (dois vírgula cinco) salários normativos, para a família do empregado que vier a falecer no curso da relação de emprego, podendo ser compensado com eventual valor repassado pela empresa a título

de Seguro de Vida em Grupo.

Outros Auxílios

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CESTA BÁSICA

A partir da presente data-base, as empresas distribuirão semestralmente, de forma gratuita, nos meses de dezembro e abril, uma cesta básica de alimentos do tipo econômica, conforme enquadramento realizado pelo SESI, de no mínimo 30(trinta) quilogramas, para cada um dos seus empregados, a qual será constituída no mínimo dos seguintes itens:

- 10Kg de arroz branco Tipo 1
- 7 Kg de açúcar refinado ou cristal
- 2 pacotes de 500g de massa espaguete
- 1 pacote de 500 g de massa cortada
- 4 latas de 900ml, cada, de óleo de soja
- 2 Kg de feijão Tipo 1
- 5 Kg de farinha de trigo Tipo Especial
- 1 pacote de 400g de biscoito C.Cracker
- 1 pacote de 500g de biscoito sortido
 - 1 Kg de farinha de milho
 - 1 lata de 400g de achocolatado em pó
 - 2 caixas de 85g, cada, de pó para gelatina
 - 1 lata de 350g de extrato de tomate
 - 1 pacote de 500g de café em pó
 - 1 pacote de 500g de doce de leite

Parágrafo primeiro. Na hipótese de descumprimento da cláusula, a empresa pagará ao trabalhador prejudicado uma multa de 10% do maior

piso salarial fixado na presente convenção coletiva de trabalho.

Parágrafo segundo. O benefício previsto nessa cláusula não terá natureza salarial, não sendo portando computável na remuneração dos empregados para quaisquer fins, e, para tal efeito, as empresas deverão se inscrever no PAT - Plano de Alimentação ao Trabalhador.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Aviso Prévio

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - AVISO PRÉVIO PROPORCIONAL

Fica assegurado aos integrantes da categoria profissional um aviso prévio de 30 (trinta) dias, acrescido de mais cinco dias por ano ou fração igual ou superior a seis meses de serviço na mesma empresa, limitado ao máximo de 60 (sessenta) dias.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISPENSA DO CUMPRIMENTO DO AVISO PRÉVIO

No curso do aviso-prévio, dado pelo empregador, sempre que o empregado comprovar a obtenção de novo emprego, a empresa deverá dispensá-lo do cumprimento do restante do prazo do aviso prévio, desobrigando-se do pagamento do período não completado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

Por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independente do tempo de vigência, as empresas fornecerão aos empregados a segunda via, ou cópia do aviso prévio, e do recibo de quitação, servindo a assinatura do empregado como contra-recibo.

Parágrafo único: É obrigatória a Assistência Sindical nas rescisões dos empregados com mais de 3 (três) meses e menos de (um) ano de serviço na empresa, sob pena de nulidade de rescisão.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Outras normas de pessoal

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CONTRATO DE TRABALHO

Quando da assinatura do Contrato de Trabalho por prazo determinado, às empresas fornecerão ao empregado a segunda via ou cópia do referido contrato, devidamente assinado, servindo a assinatura do empregado como contra-recibo, sendo que também procederão a anotação na CTPS da efetiva função que irá exercer na empresa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ENVELOPE DE PAGAMENTO

As empresas fornecerão aos empregados envelopes de pagamentos dos salários, com identificação da empresa, e a discriminação das parcelas pagas e dos descontos efetuados, inclusive quando a pagamento de 13º (décimo terceiro) salário, adicionais, quinquênios e vales.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CONFERÊNCIA DO CARTÃO-DE-PONTO

Ao final de cada mês e antes do pagamento, o empregado poderá solicitar cópia de seu cartão-ponto, devolvendo dita cópia no dia seguinte, com seu visto de conformidade, caso considere corretos os lançamentos.

Outras estabilidades

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ESTABILIDADE DO ALISTADO

Ao empregado alistado para o serviço militar será garantida a estabilidade de 30 (trinta) dias antes do ingresso ao serviço militar obrigatório.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Compensação de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA - COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO

Estabelecem as partes, para vigorar mesmo em atividades consideradas insalubres, o regime de supressão de trabalho aos sábados, com a conseqüente diluição das respectivas horas nos demais cinco dias da semana, ficando, portanto, autorizada a carga horária diária de 8 horas e 48 minutos, ante a compensação estipulada. A faculdade outorgada às empresas se restringe ao direito de estabelecer ou não o regime de compensação de horário. Uma vez estabelecido, não poderão suprimi-lo sem a concordância expressa do empregado.

Parágrafo único: A realização de horas extraordinárias para além da compensação de horas não descaracterizará o regime de compensação ora ajustado.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - HORAS EXTRAS

As horas extras realizadas aos domingos e aos feriados, serão remuneradas com o adicional de 100% (cem por cento).

Parágrafo Único. Sempre que o feriado recair num sábado compensado, quando a empresa adotar o regime de compensação de horas semanais, com prolongamento da jornada no decorrer da semana para ausência de trabalho aos sábados, o empregador deverá pagar ao empregado o equivalente a sete horas e vinte minutos, de forma simples.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - ADICIONAL NOTURNO

O adicional noturno será remunerado com acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre a hora normal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CASOS DE FALECIMENTO DO ART. 473, I, CLT

A contagem do número de dias referidos no inciso I, do artigo 473 da CLT, far-se-á considerando-se tão somente os dias úteis trabalhados de segunda à sexta.

Férias e Licenças

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - CONCESSÃO DE FÉRIAS

As férias concedidas aos empregados não poderão ter como termo inicial às quintas-feiras, sextas-feiras e feriados.

Parágrafo único. Os empregados que permanecerem de férias no dia 25 (vinte e cinco) de dezembro e 1 (primeiro) de janeiro, terão direito, no ano subsequente, a um acréscimo de um dia útil nas férias seguintes ou o pagamento do valor equivalente. Será assegurado o mesmo direito para os empregados que por ocasião do gozo do período aquisitivo de férias estiver inserido mais de um feriado.

Saúde e Segurança do Trabalhador

CIPA – composição, eleição, atribuições, garantias aos cipeiros

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - RELAÇÃO DA CIPA

As empresas são obrigadas a remeter ao sindicato dos Trabalhadores a relação dos membros eleitos para a Direção da CIPA, tanto os efetivos como os suplentes, bem

como o calendário anual das reuniões.

Relações Sindicais

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL LABORAL

A Contribuição Assistencial para a manutenção do Sindicato, devida pelos empregados ao Sindicato dos Trabalhadores, atingidos ou não pela presente Convenção Coletiva, associados e não associados, será correspondente a 12% (doze por cento), incidindo sobre o salário dos empregados, da seguinte maneira: 3% (três por cento) sobre o salário percebido no mês de agosto de 2010; 3% (três por cento) sobre o salário percebido no mês de outubro de 2010; 3% (três por cento) sobre o salário percebido no mês de dezembro de 2010; e 3% (três por cento) sobre o salário percebido no mês de fevereiro de 2011. Fica estabelecido como teto máximo de recolhimento para cada trabalhador, em cada parcela, o valor de R\$ 75,00 que corresponde ao máximo de R\$ 25,00 por mês.

Parágrafo primeiro. As importâncias acima serão compensadas com as importâncias recolhidas a título de contribuição confederativa, eventualmente descontada dos empregados.

Parágrafo segundo. As importâncias acima serão descontadas pelas empresas, da folha de pagamento dos empregados e recolhidas aos cofres do Sindicato Laboral até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

Parágrafo terceiro. O recolhimento após os prazos acima estabelecidos, sujeitarão a empresa devedora, nos casos em que não efetuou o

desconto da contribuição por mera liberalidade e nos casos em que tenha descontado e não recolhido ao Sindicato dos Trabalhadores, a multa de 30% (trinta por cento), mais correção monetária e juros de 2% (dois por cento) ao mês.

Parágrafo quarto. As empresas fornecerão ao Sindicato Profissional a relação nominal de empregados, constando os valores devidos, quando do recolhimento das contribuições Assistenciais e Sindical.

Parágrafo quinto. A empresa ficará sujeita ao pagamento de uma multa equivalente a 10% (dez por cento) incidente sobre a folha de pagamento, após 15 dias do recebimento da notificação do Sindicato Laboral que determinar a apresentação da relação nominal de empregados, mencionada no parágrafo anterior.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

As empresas integrantes da categoria econômica representada pelo segundo conveniente recolherão aos cofres deste, às suas próprias expensas, duas parcelas, cada uma no equivalente ao total de um dia dos salários de todos os seus empregados, já reajustados e referentes aos dias 1º/JUNHO/2010 e 1º/NOVEMBRO/2010. Ambos recolhimentos aqui convencionados, cujos respectivos bloquetes bancários serão emitidos pelo segundo conveniente, ficam subordinados, cada um, a um mínimo de R\$ 540,00 e a um máximo de R\$ 6.630,00, vencíveis após a data de protocolo junto a SRTE/MTE. O não cumprimento da obrigação sujeitará a empresa inadimplente a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor devido.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DO ACESSO DE DIRIGENTES SINDICAIS

As empresas permitirão o acesso de membros da Diretoria do sindicato dos trabalhadores, ou de preposto devidamente credenciado, através de credencial que será, obrigatoriamente, emitida pelas duas entidades ora acordantes, sob pena de invalidade do documento, com o objetivo de propiciar a fiscalização do cumprimento da presente Convenção, e a distribuição de boletins ou convocações do sindicato laboral que objetivem o aprimoramento das relações empregado-empresa.

Parágrafo primeiro. O acesso permitido no caput desta cláusula não se realizará sempre que do mesmo decorrer a paralisação de serviços inadiáveis ou que não possam sofrer solução de continuidade.

Parágrafo segundo. Das visitas realizadas no mês, serão elaborados e emitidos pelo Sindicato Laboral em favor do Sindicato Patronal, os respectivos relatórios mensais a serem apresentados até o dia 10 do mês subsequente, indicando o local da obra, dia da visita, eventuais irregularidades encontradas, as medidas adotadas pelo sindicato laboral, o nome das empresas atuantes na obra e outras considerações julgadas importantes.

Parágrafo terceiro. O Sindicato Patronal poderá indicar ao Sindicato Laboral, obras para serem visitadas, devendo este último apresentar o relatório conforme consta no parágrafo anterior.

Parágrafo quarto. Por ocasião da fiscalização, será verificada a regularidade dos seguintes documentos:

- a) ficha de registro dos operários;
- b) atestado de saúde ocupacional dos operários;
- c) livro de inspeção do Ministério do Trabalho;
- d) documentação legal referente à Medicina e Segurança do Trabalho;

Parágrafo quinto. Deverá ser verificado o cumprimento de pagamento:

- a) do piso salarial;
- b) do reajuste estabelecido no dissídio;
- c) de adicional de transferência.

Parágrafo sexto. Independentemente do local da Sede da Empresa, todos os Contratos de Trabalho, cujas atividades profissional e econômica sejam desenvolvidas no âmbito dos Municípios de Bento Gonçalves, Cotiporã, Dois Lajeados, Fagundes Varela, Guaporé, Guabijú, Monte Belo do Sul, Nova Araçá, Nova Bassano, Paraí, Protásio Alves,

Santa Tereza, São Valentin do Sul, São Jorge, União da Serra, Veranópolis, Vila Flores, e Vista Alegre do Prata, estão abrangidos pelas normas da presente Convenção, salvo aqueles Contratos de Trabalho que sejam objeto de transferência, na forma do Artigo 469 e seus parágrafos, da CLT.

Parágrafo sétimo. O primeiro convenente deverá informar a Associação das Empresas de Construção Civil da Região dos Vinhedos – ASCON-Vinhedos, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, o dia, o horário e local de saída da equipe que fará o trabalho de fiscalização previsto nesta cláusula, permitindo, assim, a possibilidade de acompanhamento de membros representantes da referida Associação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - QUADRO DE AVISOS

As empresas designarão um local acessível aos empregados para a fixação de convocações e avisos emitidos pelo Sindicato dos Trabalhadores, com data, hora e local.

Disposições Gerais

Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - MUNICÍPIOS ABRANGIDOS

Esta revisão abrange os trabalhadores integrantes da categoria profissional representada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Bento Gonçalves, empregados em empresas integrantes da Categoria Econômica representada pelo Sindicato das Indústrias da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul, dos Municípios de Bento Gonçalves, Cotiporã, Dois Lajeados, Fagundes Varela, Guabijú, Guaporé, Monte Belo do Sul, Nova Araça, Nova Bassano, Paraí, Protásio Alves, Santa Tereza, São Jorge, São Valentin do Sul, União da Serra, Veranópolis, Vila Flores e Vista Alegre do Prata.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - COMPETÊNCIA

É competente a Justiça do Trabalho para dirimir as divergências decorrentes da presente Convenção Coletiva.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - MULTA POR DESCUMPRIMENTO

Fica estabelecido uma multa equivalente a 10%(dez por cento) do Salário Normativo da Categoria, em vigor na data da notificação, por empregado atingido pela infração, se a empresa em 15(quinze) dias após o vencimento da notificação não cumprir as determinações contidas na presente Convenção.

Parágrafo único. O valor oriundo da presente multa reverterá aos cofres do Sindicato dos Trabalhadores.

Outras Disposições

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - PRÓXIMA DATA-BASE

Ajustam as partes que a próxima data-base, da base territorial acima descrita será em 01 de maio de 2011.

ITAJIBA SOARES LOPES

Presidente

SIND DOS TRABS NAS INDS DA CONSTR E DO MOB DE B GONCAL

PAULO VANZETTO GARCIA

Presidente

SIND DAS IND DA CONSTRUCAO CIVIL NO ESTADO DO R G S

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br> .